OPINIÃO 6 de outubro de 2025 Jornal de Notícias

CIRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

António Pinho Cardão

Economista

Atenuação das assimetrias do território: políticas arrojadas, liderança forte e capaz Os indicadores de disparidade do PIB mostram a persistência de um país muito desigual. Das 25 sub-regiões territoriais, 21 têm um PIB p.c. (per capita) inferior à média nacional, 3 um valor ligeiramente acima, e a mais desenvolvida, a Grande Lisboa, um valor 58% superior. Dez sub-regiões, abrangendo a maior parte do Norte e Centro do país, têm um PIB p.c. mais de duas vezes inferior ao da Grande Lisboa. Nada de espantar, sendo que parte da explicação reside no próprio centralismo da Administração Pública e nas suas decorrências.

Atribui-se aos governos a responsabilidade da falta de políticas eficazes que revertam as assimetrias, mas dela também não se podem eximir o Parlamento, o poder local e a própria sociedade civil. Exemplo positivo de ação tem sido o do Círculo de Estudos do Centralismo.

Se é certo que os enunciados dos programas dos governos vão seguindo o catálogo das políticas disponíveis, a realidade é que quase sempre lhes faltou o enquadramento numa visão de médio e longo prazos, uma robustez adequada, uma correta definição de prioridades, uma liderança e acompanhamento fortes, e o balanço da sua eficácia. Sem isso, nada mais ficou do que a expressão gongórica de ilusórias promessas.

Para atrair investimento e população, as medidas

públicas têm que ser arrojadas, longe do culto do pequeno e médio doseamento ou de um tímido gradualismo político, que tanto se louva neste país. Ainda agora, o Governo grego fixou medidas para zonas deprimidas que, em determinadas condições, vão até à total isenção de IRS e do imposto sobre imóveis.

A execução dos programas deverá ter uma liderança centralizada, conjugada com boas formas de descen-

A execução dos programas deverá ter uma liderança centralizada, conjugada com boas formas de descentralização no território, ao contrário da descoordenação do passado.

Modelo a seguir seria o do atual Ministério da Reforma do Estado ou o do acompanhamento das medidas da troika, em 2011-14.

Aproveitando as novas tecnologias e a capacidade de transmissão eletrónica de dados desde a origem ao decisor final, haveria que definir um programa de deslocação ou desconcentração de serviços públicos para o interior. E também a criação de uma rede de incentivos à deslocalização de Lisboa de serviços de grandes empresas privadas ou públicas que vêm concentrando departamentos na capital. Certas unidades centrais, tanto podem estar sediadas num Tagus como num Vouga Park.

A opção pelo investimento no setor público devia dar lugar à libertação de fundos para o estímulo ao investimento empresarial nos setores internacionalmente transacionáveis. Também aí, o poder local deve porfiar numa aplicação mais criteriosa dos fundos de que dispõe, não se esgotando nos equipamentos sociais, mas promovendo investimento produtivo, desburocratizando licenciamentos e negando apoio a boicotes de novos projetos com base em extremismos da moda, ambientais ou outros. Sem investimento local, nunca haverá criação de riqueza e atenuação das desigualdades.

Os círculos do interior continental elegem 31 deputados. Unidos, teriam força para influenciar políticas e impor planos, não fora privilegiarem a fidelização partidária acima do bem-estar dos seus eleitores. A implantação no sistema eleitoral de círculos uninominais, em que o voto no deputado é decisivo para a sua eleição, propiciaria a inversão das prioridades.

A luta pela diminuição das assimetrias exige ainda a participação da sociedade civil, corporizada na ação de movimentos regionais interclassistas, congregando as forças políticas, culturais, empresariais e sindicais, profissionais liberais, que tenham a fundada vontade de intervir e a lucidez de criar um clima favorável a alterações qualitativas das políticas e à superação dos entraves à sua concretização.

PIB per capita, em paridade poderes de compra -Portugal em percentagem da UE, 1995-2024



(FONTE: MIGUEL CADILHE, "O ESTADO-DESPESA E O CENTRALISMO PORTUGUÊS", 2025, WWW.ACEC.PT)

Na figura, podemos ver o PIB per capita português comparado com a média da UE, em paridade de poderes de compra. Portugal está persistentemente abaixo da UE. Estamos agora, em termos relativos, no que éramos há três decénios: 81,2% em 1995 e 81,6% em 2024. Mas, por sua vez, a larga maioria das nossas 21 sub-regiões está abaixo da média nacional e, portanto, muito abaixo da média europeia.